

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.122 - RS (2019/0145754-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : REVITA ENGENHARIA S.A  
**ADVOGADOS** : FÁBIO KORENBLUM - RS092135A  
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RS056888  
TAMARA VIANA ANDRADE - RS079083  
STEPHANIE DIAZ SKIBINSKI - RS104483A  
**AGRAVADO** : TROIKA TRANSPORTES E PARTICIPACOES LTDA  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO REZENDE VIEIRA - RS008197  
MARCELO MACEDO VIEIRA - RS072848  
BRUNO DOS SANTOS LOPES - RS103195

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CÍVEL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONTESTAÇÃO APRESENTADA COMO MEIO DE DEFESA, POSTERIORMENTE RECEBIDA COMO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCABIMENTO. RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração não foram acolhidos (e-STJ, fls. 171/178).

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos artigos 277, § 1º, 283, 1.022 do CPC/2015 e 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, ao sustentar a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade com fins de receber a contestação como embargos à execução.

Suscita omissão no acórdão recorrido.

O recurso não foi admitido na origem.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Inicialmente afasto a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, pois se trata de argumentação genérica e que não menciona qual questão imprescindível ao deslinde da controvérsia teria sido omitida no julgamento da causa, de modo que se tem por inafastável a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito, cito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NO JULGADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. ASTREINTES. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. A decisão que arbitra astreintes não faz coisa julgada material, visto que é apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser modificada a requerimento da parte ou de ofício, para aumentar ou diminuir o valor da multa, ou, ainda, para suprimi-la.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1457982/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22.8.2017, DJe 6.9.2017)

No que se refere à alegação de ofensa ao art. 5º, incisos LXXVIII, da Constituição Federal, esclareço que não é cabível, na via do recurso especial, a análise de afronta a dispositivos constitucionais, ainda que com intuito de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENHORA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO.

[...]

II - Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, ainda que para fins de prequestionamento, examinar, na via especial, suposta violação de dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

III - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 740.722/SE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 18.10.2017, DJe 27.10.2017)

No que concerne à aplicação do princípio da fungibilidade à petição de contestação erroneamente apresentada, a Corte local se manifestou nos seguintes termos (fls. 143/144):

TROIKA TRANSPORTES E PARTICIPAÇÕES LTDA. – ME interpõe agravo de instrumento da decisão que, nos autos da ação de execução que move contra REVITA ENGENHARIA S/A, recebeu a peça contestacional ofertada pela executada como exceção de pré-executividade.

Diz, em síntese, que se cuidando de execução de título extrajudicial, a forma de impugnação processualmente prevista ocorre mediante embargos. **Porém a parte executada contestou o feito executivo e dando-se conta do erro em que obrou, requereu ao juízo que a peça defensiva fosse recebida como exceção de pré-executividade, o que foi acolhido.**

(...)

Já, a exceção de pré-executividade, criação pretoriana, destina-se a levar ao conhecimento do Juízo da execução aquelas matérias notadamente de ordem pública e que, inclusive, podem ser apreciadas de ofício, dispensando a produção de provas e, na égide do Código de Processo Civil de 1973, a necessidade de o feito executivo se encontrar seguro por penhora.

Ocorre que segundo se verifica da contestação apresentada pela agravada nos autos da ação execução que lhe move a agravante, recebida como exceção de pré-executividade, as matérias deduzidas na aludida peça defensiva dizem respeito à exigibilidade do crédito exequendo e ao valor pleiteado e que demandam instrução probatória.

**Logo, inviável o recebimento da contestação ofertada pela agravada como exceção de pré-executividade, seja porque a**

**matéria de defesa apresentada não se enquadra dentre aqueles que podem ser apreciadas de ofício pelo Julgador, seja porque exigem dilação probatória.** (sem destaques no original)

Ocorre que a ora agravante não atacou esses fundamentos no recurso especial, limitando-se a alegar possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade e ausência de prejuízo às partes, motivo pelo qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284/STF.

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1º.12.2016, DJe 9.12.2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTÕES TELEFÔNICOS COM CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

(...)

4. É deficiente a argumentação que não guarda correlação com o

decidido nos autos, deixando de impugnar a fundamentação do julgado. Súmulas n. 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.391.525/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 12.12.2014).

Por fim, verifica-se que a discussão a respeito da suposta violação dos artigos 277 e 283 do CPC/2015 não foi submetida à análise da instância de origem, tendo sido ventilada somente nas razões dos embargos de declaração, razão pela qual fica configurada inovação no recurso e obsta o seu conhecimento.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. TESES APRESENTADAS NAS RAZÕES DO EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DEMAIS TESES. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. MANTIDA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não verifica a alegada violação do art. 619 do CPP, na medida em que o acórdão recorrido enfrentou todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia, adotando, contudo, solução jurídica contrária aos interesses do recorrente. Ausente, portanto, a alegada negativa de prestação jurisdicional.

**2. As demais teses de nulidade foram alegadas apenas nos embargos de declaração, as quais não foram examinadas pela instância a quo, incidindo, à espécie, a Súmula 211/STJ ante a falta do indispensável prequestionamento.**

[..]

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1664437/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 4.9.2018, DJe 12.9.2018 - grifo nosso).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS.

COMPETÊNCIA. LOCAL NATUREZA INDENIZATÓRIA. COMPETÊNCIA DO FORO DO LUGAR DO ATO OU FATO. INCIDÊNCIA SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA SÚMULA 7/STJ E 283/STF. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento do STJ é de que, em se tratando de ação de reparação de danos, como na espécie, tem-se por competente o foro do lugar do ato ou fato, nos termos do art. 100, V, do CPC/73, local esse onde, em tese, deu-se o ato ilícito. Incidência, no presente caso, da Súmula 83/STJ.

**2. As matérias referentes aos arts. 79 e 80 do Estatuto do Idoso, art. 5º, § 5º, da LINDB e art. 100, II, do CPC/73 - natureza alimentar das verbas honorárias - não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial. Incidência das Súmulas nº 282/STF e nº 211/STJ. Tais dispositivos foram suscitados apenas em sede de embargos de declaração, quando operada a preclusão, porquanto vedada a inovação recursal.**

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1533736/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28.11.2017, DJe 2.2.2018 - grifo nosso).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora